

'Afronta, violência e desrespeito'

O deputado José Dutra (PMDB-AM) denunciou ontem à Assembléia Nacional Constituinte a ajuda financeira que entidades ligadas à Igreja prestam à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, provando "a sua função desestabilizadora das populações indígenas entre si e destas em relação ao Brasil". O parlamentar afirmou que essa doação da Coordenadoria Ecológica de Serviço (Cese) não passa de "mais uma afronta, mais um desrespeito e mais uma violência" do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que apresentou emenda ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização propondo autonomia e soberania das nações indígenas sobre as terras que ocupam. Essa iniciativa do Cimi, de acordo com José Dutra, "visa a subtração de 10% do território nacional" em seu estado, o Amazonas, "para desfrutar das poderosas nações européias e de suas empresas transnacionais de mineração".

O parlamentar amazonense lembrou a denúncia feita pelo Estado, reafirmando que o Cimi é o "agente interno de uma organização externa que responde pelo nome de Conselho Mundial das Igrejas Cristãs". Em sua opinião, o Cimi "se arroga o direito de se intrometer nas nossas questões econômicas e de desenvolvimento, encoberto pelo manto do missionarismo cristão e pela farsa da preservação dos usos e costumes indígenas".

Para comprovar sua denúncia de ajuda financeira da Coordenadoria Ecológica de Serviço à Federação do Rio Negro, José Dutra apresentou dois documentos que demonstram "a petulância e o descaramento dessas duas instituições privadas" (o Cimi e a Cese). São duas cartas, enviadas em 10 e 23 de julho, de Salvador para Manaus, a Manoel Fernandes Moura, "que se diz assessor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro". Na primeira, agindo "rigorosamente de acordo com as denúncias feitas pelo jornal O Estado de S. Paulo", a Cese "ênfatiza que encaminhou através do Cimi a importância prometida" — Cz\$ 126.336 —, destacando que essa importância ajudaria a federação na sua ação de "conscientização dos índios quanto aos males do Calha Norte e das mineadoras". A segunda carta confirma o envio do dinheiro por banco, através do Conselho Indigenista Missionário Norte I, e ressalta a necessidade de ser enviado um "relatório de atividades" e a "prestação de contas".

"De forma estranha e sem nenhuma justificativa que se possa entender — notou o deputado José Dutra —, ambas as cartas não são dirigidas ao presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e sim ao senhor Manoel Fernandes Moura", que, de acordo com o representante da Funai no municí-

pio de São Gabriel da Cachoeira (AM), Benedito Machado, "não tem poderes para representar essa federação, e muito menos autoridade para agir em seu nome", revelou o constituinte amazonense

José Dutra chegou à conclusão de que a atitude da Cese não é tão estranha quanto parece, já que "Manoel Fernandes Moura é o homem do Cimi no alto rio Negro, incumbido de desestabilizar as nações indígenas daquele pedaço do Brasil, lançando-as contra o próprio governo brasileiro". Ainda assim o deputado estranha que a Cese tenha aprovado um projeto no meio indígena sem que a Funai, "órgão federal incumbido de representar essas populações", tenha tido conhecimento dele. Isso constitui, a seu ver, "verdadeiro e afrontoso desrespeito à administração pública brasileira e, ao mesmo tempo, se transforma num sério problema de segurança nacional", pois "tanto o Cimi quanto a Cese se insurgem contra um projeto federal que se implementa nas áreas de nossas fronteiras" — o Calha Norte, de "profunda significação para ocupação e desenvolvimento da região".

José Dutra pediu que seu pronunciamento e os documentos apresentados sejam entregues à comissão parlamentar mista de inquérito instituída para investigar as denúncias do Estado.

Cardoso Alves vai presidir a comissão

A Comissão Parlamentar de Inquérito formada no Congresso por deputados e senadores para apurar as "denúncias de conspiração internacional, envolvendo restrições à soberania nacional sobre a região amazônica", será instalada hoje em Brasília, às 15 horas. A CPI, de iniciativa do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), resultou de matérias publicadas pelo Estado.

A CPI mista deverá ser presidida por Cardoso Alves, tendo como relator o senador Alexandre Costa (PFL-MA). Ela será integrada pelos senadores Ronan Tito, Severo Gomes, Almir Gabriel, Nelson Wedekin, Pompeu de Souza e Teotônio Vilela Filho, do PMDB; Alexandre Costa e João Meneses, do PFL; Jarbas Passarinho, do PDS; e pelos deputados Gláuber Dantas, José Carlos Sabóia, Otávio Elísio, Cardoso Alves e Vasco Alves, do PMDB; Eraldo Trindade e Ricardo Fiúza, do PFL; Gerson Perez, do PDS; e Lysáneas Maciel, do PDT.

Reunidos em Belém, os bispos da regional Norte II da CNBB criticaram "a campanha programada de difamação contra a Igreja".

O presidente da OAB examina documentos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, contratado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para defender a entidade e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) das acusações publicadas em O Estado de S. Paulo, afirmou ontem, em Porto Nacional, Norte de Goiás, que já examinou as matérias do jornal e agora está avaliando o teor e a autenticidade dos documentos divulgados. Sua primeira impressão é de que "os documentos não têm a validade e a força com que foram apresentados nas matérias".

"Chego até a duvidar da autenticidade de alguns", frisou Thomaz Bastos, pelo telefone, destacando dois documentos: a ata da reunião do Cimi e a carta que teria sido escrita pelo secretário da entidade, Antônio Brandt. Hoje, o presidente da OAB terá sua primeira reunião com a CNBB, para exame de algumas providências. Entre elas está o direito de resposta baseado na Lei de Imprensa e a apuração policial da falsidade dos documentos. Thomaz Bastos atuará no caso junto com o advogado Sérgio Bermudez, do Rio de Janeiro.

O defensor da CNBB e do Ofício quer ainda investigar quem é Mauro Nogueira, citado nas matérias de O Estado e que se apresentou como representante da Biblioteca de Desenvolvimento Econômico do Brasil. Thomaz Bastos disse ainda que vai requerer ao Estado os originais dos documentos publicados.

"Quem diz que os documentos recebidos de Mauro Nogueira são imprestáveis não é o Conselho de Segurança Nacional. Eu é que afirmo que se trata de documentação imprestável e apócrifa", disse ontem em Brasília o senador Ronan Tito, que será o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito mista do Congresso Nacional instituída para apurar as denúncias sobre participação do Cimi numa conspiração contra o País e envolvendo a soberania nacional sobre os territórios indígenas onde existem jazidas minerais.

Ronan Tito esclareceu que a Folha de S. Paulo atribuiu-lhe, na edição de ontem, declarações que não fez. E ratificou o que disse: "Afirmo categoricamente que os documentos são imprestáveis". O parlamentar adiantou ainda que esses documentos estarão à disposição de todos a partir de hoje, com a instalação da CPI.